

As Cidades contemporâneas e suas transformações

GERSON CONSTÂNCIA DUARTE¹
Universidade Federal do Espírito Santo

MARIA DA PENHA SMARZARO SIQUEIRA²
Universidade Federal do Espírito Santo

MAURIZETE PIMENTEL LOUREIRO DUARTE³
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O estudo sobre a cidade possibilitou ao homem um conhecimento maior sobre as diferenças e os conflitos que nela e dela emergem, assim como permitiu que a historiografia demonstrasse, através da evolução da economia, da política, da sociedade e de sua cultura, as transformações que impulsionaram o desenvolvimento urbano. No âmbito destas questões traçamos uma análise relativa a conceitos e categorias das cidades, refletindo sobre as origens e as principais transformações do espaço urbano, assim como da sociedade nele inserido. Tal discussão nos permite pensar as cidades em uma ampla diversidade de abordagens que perpassam pela sua função, organização e particularidades, que interagem e refletem impactos sobre as formas de reprodução social. Na complexidade socioespacial das cidades abordamos a questão da violência como um fenômeno social tradicionalmente enraizado no ambiente urbano.

Palavras Chave: Cidades. Transformações. Violência.

Abstract: The study about the city gave the man a better chance to get greater understanding of the differences and conflicts created in it, and that emerge from it, and allowed the historiography to demonstrate, through the evolution of the economy, the politics, the society and its culture, the changes that boosted urban development. About these topics we have drawn an analysis related to the concepts and categories of cities, reflecting on the origins and the main transformations of urban space, as well as the society inserted in it. Such a discussion allows us to think of cities in a wide variety of approaches related to their function, organization and peculiarities, which interact and reflect on forms of social reproduction. In socio complexity socialspacial of cities we address the issue of violence as a social phenomenon traditionally rooted in the urban environment.

Keywords: Cities. Transformations. Violence. Urban Environment.

Recebido em 05/03/2018 e aceito em 28/05/2018.

1. Doutor em História pela UFES/CESNOVA Universidade Nova de Lisboa – UNL. gersoncduarte@hotmail.com.

2. Pós-Doutora em Sociologia Urbana- Universidade Nova de Lisboa-UNL. Doutora em História Econômica Universidade São Paulo-USP/BRASIL. Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. UFES/Brasil. penhasiq@hotmail.com

3. Doutora em História - UFES/CESNOVA Universidade Nova de Lisboa - UNL. maurizeteduarte@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre a cidade e as problemáticas dela decorrente, buscamos um entendimento a respeito das razões e dos fenômenos sofridos pelo espaço urbano e, conseqüentemente, pelo cidadão. Neste caminho, nos deparamos com um universo de informações e entendimentos que envolvem o processo dinamizador das principais transformações ocorridas na cidade. Através de reflexões provenientes do aspecto social, religioso, político-administrativo e, principalmente, econômico, é possível considerar tais fenômenos como elementos inerentes não apenas ao espaço urbano, mas também ao cidadão, ou seja, aquele que vive na cidade, no sentido de que os mesmos são atingidos pelas constantes mudanças que contribuem na constituição de novas relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

Nesse entendimento, este artigo tem como objetivo refletir sobre as transformações sofridas pela cidade a partir de um processo modernizador de urbanização, aprofundando a natureza dos conflitos, compreendidos como já inerentes à origem da cidade e dos seus habitantes. Essa natureza não dissocia campo e cidade, assim como não implica na apropriação de um único elemento responsável pelas principais mudanças das cidades, mas sim de todos eles, de maneiras interligadas e indissociáveis.

As cidades, na contemporaneidade, apresentam uma dinâmica que reconstrói formas de identificação cultural, as quais implicam na construção de novas identidades urbanas que atingem e mudam o cotidiano coletivo, contemplando novos modos de pensar e viver nos centros urbanos. Pensamos essa questão pelo viés da abordagem de Hall (2004), que aponta como característica da cidade contemporânea diferenças que apresentam múltiplas identificações e os contrastes sociais que moldam o sujeito traçando novas identidades sociais.

Partindo do entendimento da complexidade coletiva e social da sociedade moderna, que tomou forma no contexto das mudanças econômicas, sociais e políticas, o indivíduo também modifica sua identidade e a forma de ver o mundo, de acordo com os interesses estruturados na

nova sociedade⁴.

No direcionamento destas questões, iniciamos nosso artigo abordando a cidade em suas origens e transformações, com um olhar sobre a formação, constituição e transformação pela qual a cidade tem sido submetida e pela qual também vem submetendo os que nela estão inseridos. Traçamos uma discussão sobre a cidade e a modernização, contemplando o processo de urbanização e de industrialização como fatores aprofundadores das mudanças e dos conflitos surgidos na cidade, que nos conduzem a uma reflexão mais contemporânea, na qual apontamos como questão a violência no espaço urbano.

Tais abordagens nos permitem pensar a cidade num universo complexo e fragmentado, no qual verificamos um percurso a partir das contradições e das vulnerabilidades sócio urbanas, e como tais elementos se configuram como instrumento maior de fomentação da violência em seu sentido mais abrangente.

Para tanto, desenvolvemos o tema em uma interpretação histórico-sociológica, com uma abordagem qualitativa com base em pesquisa bibliográfica que contribuiu para uma compreensão mais ampla no campo teórico-conceitual. Buscamos, com nossa reflexão, situar a problemática urbana das cidades brasileiras no sentido das contradições que dão forma aos novos paradigmas sociourbanos na contemporaneidade.

A CIDADE: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES

Em um percurso sócio-histórico sobre as cidades e os fenômenos urbanos, Weber (1999) discute as diversas formas de organização das cidades na diversidade dos tempos históricos e apresenta uma consideração

4. Não temos como propósito neste artigo entrar em uma discussão aprofundada sobre a questão da identidade cultural, sua crise e novas formulações na modernidade e na pós-modernidade. Sobre este tema ver mais cuidadosamente em HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Referenciamos o pensamento do autor como um norte conceitual na abordagem de nosso tema.

em comum sobre elas, caracterizando a cidade na sociedade ocidental como um lugar de mercado.

Entendendo a cidade em um processo histórico, o autor discorre sobre a diversidade das cidades e da organização das sociedades em seus diferentes modos de produção e é a partir desta percepção que afirmamos ser na transição do feudalismo para o sistema de produção capitalista, com uma especialização permanente da produção econômica, que ocorre a troca de bens e serviços por parte de grupos de indivíduos, inclusive da população não urbana, criando, assim, uma correlação no ressurgimento da cidade a partir de uma função econômica.

A evolução do comércio possibilitou aos indivíduos verem a cidade como o local capaz de satisfazer suas necessidades, realizar seus sonhos e possibilitar uma condição de vida melhor. A dinamização dos centros comerciais e a falta de perspectiva gerada no campo resultaram num incessante crescimento demográfico e, conseqüentemente, territorial, produzindo uma sociedade cujas características se baseavam no individualismo e na competitividade. Na abrangência destas e no âmbito da abordagem de Weber (1999), observamos a preocupação com a importância da cultura ocidental e seus significados na emergência do capitalismo.

Para Weber (1999), importa considerar que o entendimento sobre a cidade, de forma solta e fragmentada, não possibilitava uma investigação concreta sobre os motivos, características e fatos que classificavam o espaço territorial como cidade. Para ele, outros conceitos além do econômico devem ser considerados, a exemplo do aspecto político.

O conjunto de transformações que ocorreram a partir dos movimentos que marcam a transição da sociedade feudal para um mundo moderno até a Revolução Industrial coroou as cidades como lugar da produção e reprodução socioeconômica e cultural, associando e consolidando historicamente a cidade a estes processos de mudanças e como lugar da pré-condição capitalista.

Neste percurso, os centros urbanos se entrelaçam com o florescimento e a prosperidade da burguesia mercantil dando lugar ao desenvolvimento das atividades industriais e à expansão das novas relações sociais. Assim, entendemos que o caráter mercantil e, posteriormente o

industrial fortalece a tradicional característica da cidade como lugar de trocas.

As mudanças pelas quais passaram as cidades estabeleceram diferenças em cada época histórica em função das formas de vida econômica, social, e de forma de poder, além disso a compreensão de conceitos clássicos se faz importante para um melhor entendimento destas questões, uma vez que cada tempo histórico, pelo qual passou a cidade, forneceu uma contribuição particular para o desenvolvimento das civilizações. É neste sentido que verificamos que tais diferenças foram capazes de gerar conflitos, lutas e contradições que perduram na contemporaneidade.

Para Lefebvre (1991), as cidades ocidentais são constituídas a partir de várias aldeias ou tribos que se estabelecem num determinado espaço físico, sendo que, a partir da necessidade de separação entre a cidade e o campo, dá-se a divisão entre a organização do trabalho baseado nos instrumentos e na habilidade. O autor (1991, p. 29) destaca que “o campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que estas representações se afastem de atividades reais”.

Porém, mesmo fazendo menção a essa divisão do trabalho que surge, conforme destaca o autor, a partir da separação conceitual do campo em relação à cidade, é importante destacar que tanto Lefebvre (1999), quanto Castells (2009) defendem a ideia da insociabilidade do campo/cidade, já que para o surgimento da segunda se fez necessário a geração do excedente de produção proveniente da primeira, o campo. Dessa forma, verificamos, a partir de Lefebvre (1999, p. 111) que a cidade está integrada num processo dialético no qual “constrói, destaca e liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos”.

A vinculação da cidade com as demais estruturas da sociedade fica demonstrada, através das articulações urbanas diretamente ligadas à estrutura sociopolítica e econômica que determina as relações sociais da cidade. Cada tempo traz novos conteúdos nas cidades, novas estruturas sociais, novos elementos dinâmicos e novas contradições no interior da

reprodução social (MUNFORD, 2004).

No traçado histórico das sociedades ocidentais, a cidade medieval se estrutura em uma dinâmica no sentido contrário àquele que conduz à urbanização, volta-se para sua região e, durante um tempo de longa duração, prevalecerá um isolamento que promove uma estagnação espacial e rompe com o dinamismo urbano.

A estruturação do sistema produtivo feudal criou e fortaleceu as condições necessárias à reprodução da economia agrária com novos grupos sociais organizados em função de um novo sistema de articulação socioeconômica. Esvaziou o urbano e a função econômica e política das cidades, ganhando expressão maior a hegemonia da cultura cristã, sua prática e suas representações.

O caráter agrário da sociedade vai modificar as características urbanas da Europa e, nesta “[...] sociedade rural, que forma a base da organização política feudal, as cidades têm um lugar marginal: não funcionam mais como centros administrativos, e em mínima parte como centros de produção e de troca” (BENEVOLO, 1999, p. 252).

O movimento que vai dinamizar o renascimento das cidades e originar outras é a retomada do comércio e a produção artesanal, principalmente a partir do século XI. A cidade recupera sua característica de mercado e a renovação do fenômeno urbano se dá pelo viés das atividades mercantis. A cidade desponta como um lugar de liberdade em meio ao mundo rural, do qual ela ainda depende para a reprodução das atividades comerciais que se expandem nas feiras, simbolizando o mercado. Le Goff (1998) reforça este caráter quando ressalta que a cidade, além de um aglomerado, é um centro econômico e o coração é o mercado. O comércio, aliado ao ofício artesanal, restabeleceu o sentido das cidades, em que a mentalidade predominante é a mercantil. Aí se situam as bases da cidade mercantil moderna, com caráter distinto do campo que se fortalece com a expansão comercial regional e inter-regional, incorporando as mudanças e inovações que foram ocorrendo ao longo do tempo.

Nesse contexto, ressaltamos as intercomunicações entre as cidades, em uma rede urbana que já expressava princípios de uma divisão interurbana de trabalho, possibilitada pela comunicação viária, fluvial e marítima, que

se expandia ao lado das relações comerciais e bancárias tomando vulto no sentido das novas dimensões do mercado. A infraestrutura e as novas relações mercantis se consolidaram apoiadas no poder centralizador do Estado Moderno (LEFEBVRE, 1991).

Entendemos que as mudanças políticas e ideológicas que permearam a sociedade moderna tiveram, no conjunto do movimento renascentista, enquanto um fenômeno urbano (RISÉRIO, 2012), ou seja, renascimento comercial, urbano e cultural e na criação dos Estados Nacionais, um impulso que favoreceu o desenvolvimento das cidades e da urbanização em uma organização mais livre, relevando os valores burgueses que ascendiam em uma nova mentalidade diversa àquela que predominava em tempos anteriores. Esse movimento caracteriza um fenômeno urbano, no qual a cidade agrega uma representação maior como lugar do mercado, da riqueza, da arte e da cultura.

As cidades europeias modernas expressavam as mudanças estruturais que estavam ocorrendo na sociedade ocidental como um meio que viabilizava e dava sustentação às transformações, na medida em que se constituíam em ponto de concentração populacional, do trabalho, da circulação de mercadorias, do consumo, da prosperidade burguesa e do poder. As particularidades destes segmentos no conjunto das mudanças que se processavam vão promover também a difusão de um conjunto de novos valores, atitudes e comportamentos que fortalecem o sentido do urbano alicerçando as bases da nova cidade, a cidade industrial capitalista (CASTELLS, 1984).

A partir do final do século XVIII e, principalmente, do início do século XIX, a indústria reorganiza a paisagem urbana, consolidando os novos paradigmas da urbanização contemporânea. No movimento das novas tendências, ressaltamos o pensamento de Castells (1984, p. 95) que historicamente sinaliza que “O essencial é por mais uma vez em relevo o papel da cidade, papel que muda, enquanto expressão espacial de novas formas de relações sociais”.

Na contextualização sócio-histórica da cidade, autores como Castells (2009), Rolnik (2004) e Baptista (1999) nos levam à compreensão da redefinição da cidade no contexto urbano industrial, como uma nova

dinâmica e uma nova estrutura social, que assume uma estrutura de poder que vincule o crescimento urbano ao impacto da industrialização. Fica, assim, a compreensão de que as transformações surgidas a partir desse fenômeno não proporcionaram o equilíbrio e o sentimento de tranquilidade. Ao contrário, o desenvolvimento industrial trouxe consigo uma inquietude constante, um conflito permanente ao qual contribuiu para o processo de expansão urbana.

Em relação às cidades capitalistas e suas estruturas econômicas, é preciso fazer menção aos meios de consumo e aos meios de circulação material, sendo que estes últimos não podem especificá-la, fazendo-se necessária uma determinação do vínculo que liga esses diferentes modos de socialização, não somente da demanda, como também da circulação com o espaço. Com esse apontamento, Lojkin (1981, p. 123) discorre que,

A aglomeração dos meios de produção e de troca não é característica específica da cidade capitalista na medida em que o burgo medieval já reunia – em escala mais restrita, é claro – atividades produtoras e mercantis. O que, a nosso ver, vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de um lado, a crescente concentração dos “meios de consumo coletivos” que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais – chegou-se a falar de uma “civilização urbana” -; de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que se vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico.

Nesse momento, destacamos que o autor verifica a importância dos instrumentos de produção nas transformações ocorridas na cidade capitalista, sendo este um forte elemento para a aglomeração urbana, que, conseqüentemente, faz-se indispensável à urbanização, para as condições gerais de produção de bens e serviços.

A formação das cidades sempre constituiu um tema de muitas análises e controvérsias desenvolvidas por pensadores que desafiaram a difícil tarefa de se debruçar sobre a discussão em relação à constituição do espaço territorial e de suas vicissitudes. Assim, não é possível a determinação de uma noção exclusivista sobre os principais elementos que constituíram

a formação e a transformação das cidades em todos os tempos, mas sim, utilizar dessas valiosas contribuições desenvolvidas pelos pesquisadores para construir conceitos que permitam reconhecer novos instrumentos pertinentes à cidade e a seus respectivos fenômenos.

A CIDADE E A MODERNIZAÇÃO

Quando procuramos compreender as cidades e os problemas nos quais elas estão inseridas, buscamos verificar os fenômenos sofridos pelo espaço urbano e, conseqüentemente, pelo cidadão. Neste caminho, nos deparamos com um amplo universo que envolve o processo dinamizador de tais fenômenos, num movimento no qual se inserem e se entrelaçam as relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

É no sentido de percorrer a naturalidade com que os antagonismos se fazem figuras marcantes e presentes nos momentos e nos processos junto os quais a cidade está inserida, que lançamos um olhar sobre a relação industrialização/urbanização que para Lefebvre (1999, p. 9) são “[...]fenômenos ao mesmo tempo inseparáveis e conflitantes”. O autor declara que, historicamente, sempre se fizeram presentes os choques entre a realidade urbana e a industrial, cuja complexidade ao longo do tempo revelou-se cada vez mais difícil de ser apreendida.

As formas tomadas pela cidade nos processos de transformações sofridas devem considerar aspectos como os interesses das classes sociais, a divisão social do trabalho, o nível de desenvolvimento cultural da sociedade, a capacidade econômica da região e sua significação, além dos objetivos políticos do Estado. Nesse sentido Pechman (1991, p. 128) diz que:

[...] a reconstrução da história do debate sobre a cidade entre o fim do século XVIII e início do século XIX possibilita a verificação do processo de construção das categorias urbanas, de elaboração da cidade como objeto da questão social e também da construção de novos sujeitos históricos totalmente vinculados à cidade e a uma nova realidade urbana.

O modelo de industrialização introduzido nas cidades refletiu o novo modo e a nova forma de ser do cidadão, não sendo responsável pela sua origem, mas sim a causa de sua mudança. Existe a necessidade de criar uma relação histórica entre o espaço e a sociedade, permitindo que as novas formas assumidas pelo espaço territorial correspondam a uma nova forma de ser e de viver do cidadão, sendo que nessa sociedade se desenvolve e é desenvolvida a estrutura na qual se dá o fenômeno urbano.

Nos tempos modernos a Revolução Industrial propiciou às cidades uma nova função. O processo de industrialização é considerado um poderoso instrumento no processo de urbanização, no sentido de que é responsável, dentre outros fatores, pela concentração de populações nas cidades, o que de acordo com Luz (2003) determina a implantação de novas estruturas socioeconômicas entre indivíduos, associada a uma nova realidade de organização e estruturação do espaço, influenciada pelas economias de urbanização, assim denominadas porque só podem ser encontradas em áreas urbanas.

É nesse contexto de industrialização e modernização que inserimos o fenômeno da violência urbana, resultado de um processo proveniente da condição de vida e do convívio estabelecido no espaço urbano. Quando discorreremos sobre o processo de formação e de mudanças ocorridas nesse espaço, buscamos também uma tentativa de compreender o fenômeno social de transgressão e ou de agressão, estimulado por um sistema social que não proporciona condições básicas de garantia de sobrevivência.

Vários autores abordam a questão da violência como uma realidade presente nas sociedades em tempos históricos distintos e com distintas organizações sociais, em diversas perspectivas. Benevolo (1999) e Mumfort (2004) pontuam esse fenômeno historicamente simbolizado em tensões, que a partir do crescimento da cidade se intensificam e ganham novas configurações, promovendo conflitos que são gerados diante das novas necessidades de sobrevivência na diversidade do meio urbano. Le Goff (1988) traz uma reflexão sobre a cidade medieval, visualizando a questão da violência, retratando as cidades, que atrás de suas muralhas se armavam de uma grande força de segurança voltada à proteção e à manutenção da tranquilidade dos seus habitantes contra ataques externos. Ainda na reflexão

de Le Goff (1988, p. 71-72), podemos observar que a própria organização da cidade medieval expressava a insegurança que reinava à época.

A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. Penetra-se nelas por portas e nela se caminha por ruas infernais que, felizmente, desembocam em praças paradisíacas. [...] Lugar de cobiça, a cidade aspira à segurança. Seus habitantes fecham suas casas à chave, cuidadosamente, e o roubo é severamente reprimido. Muros e homens armados velam pela cidade.

No ambiente sócio-histórico das cidades são delineadas suas particularidades e suas contradições tanto na prosperidade, na beleza, na cultura, nos valores, no trabalho, no sistema sociopolítico, no poder, nas mudanças e nas desigualdades. É na imbricação da produção e reprodução das contradições que a cidade é o lugar das desigualdades, abrigando com maior intensidade a insegurança e a violência, que traçam novos contornos e se intensificam de acordo com as mutações que ocorrem em determinados contextos históricos.

No entendimento histórico esboçado na longa duração, as transformações estruturais que ocorreram na sociedade ocidental, traçadas no decorrer dos movimentos que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo, redesenharam um novo ideário de vida urbana e de renovação nas relações sociais. Essas transformações no âmbito da sociedade urbana moderna tomaram vulto em novas perspectivas sociais, econômicas e políticas, aprofundando as contradições e os conflitos na lógica da modernidade e no âmbito de um novo paradigma sociocultural, como elos norteadores em direção à cidade industrial capitalista.

Neste contexto, os desafios são outros, as funções da cidade, os princípios de civilidade e de urbanização vão consolidar um novo perfil urbano nas cidades. Ao mesmo tempo, na sociedade industrial capitalista as contradições se intensificam, coroando a cidade como o espaço maior dos conflitos, marcando um distanciamento entre o ideário de civilidade e a violência nas relações cotidianas.

É no sentido das transformações sofridas pelas cidades que as relações sociais se tornam mais complexas, multiplicando-se e se

intensificando através das próprias contradições urbanas, nas quais, de acordo com Lefebvre (1991, p.79):

[...] ao mesmo tempo, lugar de encontros, convergências das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi, lugar do desejo, do desequilíbrio permanente, sede da dissolução, das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível.

Nessa ótica, o autor analisa o urbano como elemento inerente ao conflito, concebido em sua dualidade e nas suas contradições. Analisar a cidade em sua metamorfose constante é também pensar nos fenômenos que se sobrepõem ao cidadão, porém, em sua inquietude constante, provocando o novo, traçando novos limites, construindo e reconstruindo novas estruturas de poder e de dominação.

É a partir desse momento que destacamos tais diferenças e contradições como elementos produzidos e inerentes ao espaço urbano, tendo o Brasil como modelo para análise a partir do processo de modernização implementado nas principais cidades brasileiras, quando percebemos a intensificação das tensões em suas diversas modalidades aliadas à acentuada e permanente diferenciação social entre os indivíduos. Os contrastes de origem social, econômica e cultural expressam os problemas relacionados à violência em suas múltiplas representações e sentidos, no difícil convívio dos cidadãos, principalmente frente às dificuldades de inserção e permanência no cotidiano urbano.

Todo esse processo de mudança é marcado pelo forte ritmo que “a era da modernidade põe em movimento (HALL, 2004, p. 16). A partir do pensamento de Hall (2004) sobre o impacto dessas relações e interconexões entre as várias sociedades mundiais, compreendemos que esse dinamismo vivenciado pela sociedade contemporânea tem levado a “um lado sombrio da modernidade do século atual” (GUIDDENS, 1991, p. 19). O autor ainda destaca que:

O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma

ordem social mais feliz mais segura. A perda da crença no “progresso”, é claro, é um dos fatores que fundamentam a dissolução das “narrativas” da história.

Neste sentido, pontuamos nossa reflexão referenciando os novos polos que passaram a representar o cidadão a partir dos marcos iniciais do século XX, com a relevância da população livre, com a marca de ex-escravo e o difícil convívio sociourbano, em uma sociedade cuja mentalidade predominante ainda era a escravocrata, que reforçava a prática social excludente e segregativa. A urbanização e a modernização redesenhavam o novo perfil socioespacial das cidades, excluindo o indesejável que esbarrava nos propósitos do projeto em direção ao progresso e à civilidade urbana, nos princípios predominantes da época.

As cidades, compostas de segmentos sociais distintos e desiguais, refletem de forma permanente os mais variados problemas que ao longo do processo de modernização/urbanização se agravaram, relacionados principalmente àqueles relativos à desigualdade, à pobreza, à segregação e à violência.

O pobre, o ex-escravo e o imigrante pobre representavam o indesejável aos padrões sociais do novo e do moderno, estabelecidos nas cidades. Koltai (2000, p. 24) destaca que “o estrangeiro surge, então, como a figura ideal para fixar esse objeto não-identificado. Essa é a origem da xenofobia ordinária, em que o outrora se transforma em alhures e o estranho em estrangeiro”. Dessa forma, verificamos a presença constante, nas cidades, a exemplo das brasileiras, de um processo de dominação, estabelecido por padrões compreendidos por “civilizatórios” e, conseqüentemente, pelo preço estabelecido no seu entendimento.

As mudanças geradas pelo processo de modernização levaram a muitos conflitos em âmbitos diversos, sejam sociais, econômicos ou políticos. No Brasil, é importante lembrar que referenciando as cidades, a noção higienista aliada ao ideário da modernização urbana que se desenvolve nas principais cidades a partir do início do século XX, levou a uma prática que excluía o não adequado em prol daquilo que se acreditava ser o padrão condizente com um modelo que representasse o moderno no país.

Assim, verificamos que as cidades sofreram com tais noções,

com destaque para aquelas economicamente mais importantes, nas quais o ideário da política modernizadora higienista, prevaleceu com a prática de higienização e saneamento das cidades, cuja expulsão dos moradores pobres dos principais centros econômicos urbanos representou um marco, com a derrubada das moradias inadequadas e o deslocamento dos mesmos para áreas periféricas e precárias nas proximidades dos centros urbanos. Processo aliado a um sistema de vacinação que deveria proteger as áreas privilegiadas das cidades daquela classe que representava o perigo e os males da insalubridade e dos contágios dela proveniente (REIS FILHO, 2000).

Dessa forma, várias manifestações, conflitos e perseguições junto aos menos favorecidos economicamente foram estabelecidas, gerando uma violência praticada principalmente pelo poder público, articulada aos interesses econômicos e sociais estabelecidos na época.

A fragilidade e a ação das Instituições Públicas, contribuindo para o mau funcionamento do controle social, político e jurídico, aprofundam as desigualdades econômicas e incentivam o surgimento de delitos que se foram ampliando para além da diversidade dos comportamentos criminosos, não apenas ligados a assaltos, assassinatos, tráfico de drogas, mas, principalmente, ao desrespeito à noção de cidadania, já compreendido e aceito como elemento comum à cultura dos países latino-americanos. Dessa forma, podemos compreender que a violência praticada no universo urbano brasileiro, seja aquela tradicionalmente colocada em prática pelos agentes do Estado, principalmente quanto às camadas mais pobres, ficou compreendida como algo comum, correlacionando pobreza, periferia e violência.

A VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO

A partir dos conflitos e das diferenças inerentes à ordem natural das cidades é que destacamos o fenômeno da violência urbana como elemento presente na vida do cidadão, assim também como suas origens. Porém, o que torna o tópico instrumento de relevância na discussão em

questão é a forma com que tal violência é representada e, principalmente, compreendida.

A forma de crescimento, desenvolvimento e modernização às quais as principais cidades foram submetidas no século XX e que ainda vêm sendo neste início do século XXI proporcionadas por um processo de globalização, principalmente da economia, levam a um amplo intercâmbio de culturas, ideias, valores, etnias e representações, que se tornam mais vulneráveis, permitindo uma possibilidade maior de proporcionar manifestações de ódio, de exclusão e de barbárie.

A discussão sobre a violência no espaço urbano como um viés de análise no contexto das transformações às quais as cidades vêm sendo submetidas ao longo dos tempos é tão significativa que “este fenômeno na contemporaneidade transformou-se em uma das questões sociais mais relevantes no Brasil” (MATTOS, 2011).

Verificamos que a dinâmica das relações, o impacto da interconexão entre as várias culturas e modos de vida e a constante exclusão do acesso de grande parte da sociedade a bens e serviços básicos para sobrevivência, como a moradia, têm aprofundado o problema. Nesse sentido, Saul (1999, apud MATTOS, 2011, p. 63) lembra a importância do fenômeno da violência urbana e destaca que:

A importância dos fatores culturais para a compreensão do fenômeno da violência urbana também é discutida por Saul (1999) em seus comentários sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea, a partir da identificação das tensões relacionadas às “[...] práticas culturais e às práticas caracterizadas por autoridades legais e políticas como crime” (SAUL, 1999, p. 118) em que muitas vezes a delinquência e a violência tornam-se elementos de uma subcultura.

São nos espaços segregados, nos quais o Estado se faz mais ausente, que verificamos a instalação mais comum da prática de crimes, a exemplo do tráfico de drogas e de assassinatos. Isso nos leva a assimilar este fato com a fragilidade do aparato público na oferta de infraestrutura urbana de equipamentos e serviços básicos como iluminação pública, calçamento,

transporte, lazer, segurança pública, entre vários outros serviços nessas mesmas áreas.

Não podemos deixar de mencionar que o entendimento conceitual da pobreza perpassa pela interação das relações sociais que produzem e reproduzem as desigualdades. Neste caso não tratamos da violência associada à pobreza urbana e como sua consequência, mas situamos a complexidade da violência enquanto fenômeno social.

Nessa perspectiva, verificamos que o processo de desenvolvimento na lógica da modernização econômica tem como característica básica um sentimento paradoxal, que expõem a contradição e o conflito e é, a partir desses elementos intrínsecos a esse processo, que observamos, entre tantos significados, alguns aspectos que nos permitem compreender a composição da cidade, na qual as novas relações sociais são constituídas através das orientações políticas e econômicas que vão sendo delineadas, colocando o fenômeno da violência urbana no cerne das questões sociais.

Pontuamos aqui, essa problemática no universo das cidades como espaço historicamente privilegiado para a representação de conflitos. Misse (2011, p. 32) aponta como tese equivocada sobre a criminalidade urbana no Brasil, que “a pobreza é a causa da criminalidade, ou do aumento da violência urbana”. O autor entende que esta tese faz parte do imaginário de grande parte da sociedade, entretanto alerta para os perigos de tomá-la sob a lógica preconceituosa, apontando esse grupo social como “classes perigosas”. Assim, Misse desmonta o discurso utilizado pelas Instituições Públicas a exemplo do sistema policial e judicial que denomina de hipócritas, e que tem como prática prender pobres, enquanto que criminosos que não se enquadram nesse perfil social são deixados de “fora” (MISSE, 2011).

A violência incorporada ao cotidiano das cidades se situa na própria dinâmica das relações sociais que tomam forma e se desenvolvem no espaço urbano, num processo de desenvolvimento desigual em contraste com os princípios de igualdade e justiça social.

As mudanças que percorrem os processos de crescimento das cidades, da urbanização e das configurações socioeconômicas contribuíram para a concentração de grandes aglomerados nas cidades brasileiras, que em um curto espaço de tempo, principalmente a partir das últimas décadas

do século XX, avolumaram-se de forma acelerada num amplo processo de expansão nas e das periferias urbanas.

Este processo colaborou para uma maior expressão e visibilidade dos conflitos e da violência na diversidade de suas representações e modalidades no universo do crime. No entendimento de nosso debate, Belluzo & Carvalho (2007, p. 36) referenciam que:

O caráter de ameaça representado pela violência e o de problema social, pela pobreza, ainda que em medida diversa e específica, os fazem temas de constante preocupação para a formulação das ações públicas. [...] Tanto no caso da violência quanto da pobreza, entende-se que cada sociedade estaria às voltas com sua própria violência e pobreza, segundo seus próprios critérios e tratando seus problemas com maior ou menor êxito, sem, no entanto, desconsiderar premissas teóricas que ampliam a compreensão desses fenômenos.

Várias causas devem ser destacadas como elementos geradores da violência urbana, dentre elas, consideramos os novos paradigmas socioculturais predominantes na sociedade, mediados principalmente a partir do final do século XX, desde as mudanças nas relações familiares aos novos padrões de sociabilidade urbana, de consumo e de valores. As mudanças no modo de ser e de viver do cidadão, nos novos formatos de organização familiar, na normalização das relações de gêneros, na intensa participação da mulher cada vez maior no mercado de trabalho, em conjunto aos novos valores e ideologias sociais, refletem numa explosão de formas de expressar a convivência e a aceitação de tais transformações.

Nesse momento, fazemos uso de um entendimento de Roudinesco (2003, p. 98) que destaca:

Finalmente, para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros bissexuais ou delinquentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas mesmo que se manifestem de forma inédita [...].

Assim, a autora destaca a naturalidade das desordens, mesmo

quando novas, inéditas, sendo tais elementos comuns em todos os tempos, dentro de um contexto próprio da época, sem anacronismos. Porém, a violência urbana resulta da falta de planejamento e estrutura para que o convívio com tais processos geradores de desordem possam ser assimilados e reordenados.

Seria esta, talvez, a condição para tornar o convívio social no espaço urbano um processo denominado em alguns momentos como “civilizado”, ou não degradante. Não é a prática da segregação social, ou da ação controladora e punitiva dos agentes públicos junto à classe social menos abastada que vai inibir o problema, e sim colocar em prática uma política de desenvolvimento aliada a ações públicas na condição de assegurar os direitos básicos que condizem com a noção de cidadania.

Não é a omissão ou o isolacionismo mediante a uma reflexão crítica sobre o mundo, que nos torna mais ou menos “civilizados”, afinal, conforme Todorov (2010, p. 46),

[...] ter uma cultura é uma condição necessária para o processo de civilização: sem um mínimo de domínio de determinado código cultural, o indivíduo é condenado ao isolamento e ao silêncio, portanto, à ruptura com o resto da humanidade.

O entendimento de superioridade de uma determinada “cultura” ou de uma “condição” em relação a outras é que nos aproxima de um processo de ignorância, selvageria e exclusão.

A violência que eclode como fenômeno urbano, inscrita nas formas de comportamento e do convívio na cidade, é resultado também de um processo imposto pela modernização e pela urbanização, que rompe vínculos de sociabilidade, desconsiderando as diferenças e as identidades presentes num mesmo espaço físico urbano.

As diferenças históricas, culturais e econômicas acentuadas em países como o Brasil fazem com que haja uma expansão e até um incentivo a um comportamento criminoso, no qual os delitos, independentes da gravidade ou da forma, tornam-se comuns ao cotidiano e à vida social, tornando-se também banal ao modo de viver do cidadão. Segundo Costa

(2003, p. 44) “esta banalização da violência é, talvez, um dos seus aliados mais fortes de sua perpetuação”.

As Instituições tornam-se frágeis por partir, delas mesmas, o desrespeito e a violência à noção de cidadania. Um exemplo maior é a ação do Estado, através do aparato policial, que insiste em manter a visão da origem de todos os males, no local da pobreza, no pobre e em suas vulnerabilidades. Esse processo é histórico, e se agravou ao longo dos tempos, reafirmando a ideia de que os pobres, principalmente os negros, e as tentativas de convivência cotidiana destas camadas nas cidades eram consideradas os “entraves” para a modernização necessária para o país.

Esse entendimento que associa crime à pobreza ainda resiste, e resiste principalmente no modo como as instituições e seus órgãos de reprodução de ideologias tratam o problema da violência. Sobre esse assunto, Misse (2011, p. 34) apresenta várias críticas sobre tal associação e destaca que, apesar do crime não ser um privilégio de classe, ele é efetivamente associado às condições de vida, sociabilidade e habitação de segmentos “marginalizados das principais cidades brasileiras, que a sociedade verifica como fonte principal de geração da violência atualmente existente”.

A violência que toma forma no cotidiano das favelas, subúrbios e periferias não é a mesma que ocorre nas áreas nobres dos principais centros urbanos do país, porém, provém da mesma incapacidade do Estado em seu enfrentamento e nas tentativas de conter sua prática.

Entendemos que tal incapacidade, apesar do discurso das políticas públicas de segurança relativas à preocupação com a gravidade da situação de violência, reforça um quadro conveniente à manutenção de um processo de criminalização que interessa a vários agentes envolvidos com as múltiplas matrizes do crime. Na prática, o enfrentamento e o combate à violência, retoma as velhas práticas, ineficientes e arcaicas, desconsiderando e ou ignorando a violência urbana que, no auge de suas potencialidades, estabeleceu nas cidades um tempo de total insegurança, incertezas e descrença nos princípios de civilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um olhar voltado para uma compreensão mais abrangente das cidades em seu traçado histórico, observamos que os processos de transformação da sociedade nos remetem a uma reflexão, na qual consideramos os fenômenos produzidos e reproduzidos no espaço urbano interpretações históricas e significados conceituais. A cidade, espelho de mutações sociais, econômicas, políticas e culturais, destrói, constrói e reconstrói modelos e paradigmas urbanos num traçado complexo, atendendo às novas necessidades e exigências da sociedade no contexto da diversidade urbana. A cidade enquanto fenômeno social, com uma dinâmica socioeconômica e cultural contínua, permanece em constante mutação num mundo urbano de contradições e conflitos, abraça a modernidade e as mudanças dela provenientes, consolidando novas relações sociais, novos comportamentos e novas mentalidades.

A racionalização da vida social moderna e a consolidação da sociedade contemporânea capitalista trouxeram novos desafios para as cidades, onde os reflexos das mudanças promoveram não somente a concentração de poder e riqueza, mas também outros fatores que, aliados ao “fenômeno urbano”, vislumbraram as formas de viver e conviver nas cidades.

No contexto da problemática urbana, abordamos a questão da violência como um fenômeno que não pode ser associado simplesmente a um modelo de modernização implementado nas cidades, mas como um fenômeno complexo que pode ser abordado em uma pluralidade de interpretações, em diversas representações e perspectivas em contextos históricos distintos.

Independente da época, é nas cidades que o conflito e a diferença sempre se fazem presentes, já que é este o espaço de desmistificação da sobreposição de classes e etnias sobre outras, porém, podendo também ser o local do fortalecimento de tais distinções.

Entendemos a violência urbana como um fenômeno que se inscreve no processo de crescimento, mudanças, modernização e urbanização das cidades, num amplo leque de significados no contexto socioeconômico e político das cidades. No Brasil, essas questões são marcantes na sociedade e as cidades refletem as tensões sociourbanas que se expressam na violência

e assombram o cotidiano urbano. Processo que se agrava também como resultado de uma ineficaz ação do Estado na promoção de condições dignas de convívio no espaço urbano, levando a uma melhor relação social.

Dessa forma, a violência urbana torna-se comum ao modo de ser e de viver do cidadão e transforma as cidades em palco constante de práticas violentas que nos remetem a um passado que está perpetuado em nossa cultura de dominação. Falamos da desigualdade, da estratificação social e da segregação. A violência urbana contínua e banalizada produz insegurança, desproteção e fragilidade na sociedade que, diante do seu processo de reprodução, fecha-se no medo e na descredibilidade da lei.

Referências

- BAPTISTA, L. (1999), *A cidade e habitação social*. O Estado Novo e o programa das casas econômicas em Lisboa. Lisboa: Celta.
- BELLUZZO, L. & CARVALHO, S. N. de. *Violência e pobreza como temas para a produção de estatísticas públicas: desafios à reflexão teórico-metodológica*. São Paulo em Perspectiva, pp. 29-38, jul./dez. 2007. Disponível em www.produtos.seade.gov.br. Acesso em 03 de novembro de 2014.
- BENEVOLO, L. *História das cidades*. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CASTELLS, M. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Presença. 1984.
- CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA FREIRE, Jurandir. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- KOLTAI, C. *Política e Psicanálise*. O Estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.
- LE GOFF, J. *Por amor às cidades. Conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP, 1988.
- _____. *O Homem Medieval*. Lisboa: Estampa, 1988.

- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LUZ, A. B. O urbano-rural. *Revista Conjuntura & Planejamento*. Salvador: SEI, mar. 2003. Disponível em www.unirb.edu.br. Acesso em 08 de agosto de 2014.
- MATOS, Rossana. *Expansão urbana, segregação e violência*. Um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2011.
- MISSE, M. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PECHMAN, R. M. A Invenção do Urbano: A construção da ordem na cidade. In: R. Piquet & A. C. Ribeiro (orgs.). *Brasil, território da desigualdade. Descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1889-1945). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira: A grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.
- RISÉRIO, A. *A cidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.
- ROLNIK, R. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ROUDINESCO, E. *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SAUL, Renato P. Comentários sobre violência, cultura, economia e política da sociedade contemporânea. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- TODOROV, T. *O Medo dos Bárbaros*: para além do choque das civilizações. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: DF, v.2, Ed. da UnB, 1999.